

**Apresentação:**

**A Tradução Poética em Múltiplas Dimensões**

Kathrin Rosenfield

UFRGS

Lawrence Flores Pereira

UFSM

Brasil

Os tradutores de hoje trabalham num sistema de referências teóricas muito amplo, cujas bases remontam não somente a um tempo recuado, mas também a grandes nomes da teoria da tradução – de Hölderlin a W. Benjamin, de Schleiermacher aos formalistas russos, de Pound aos concretistas brasileiros, de Mallarmé a Méschonnic e Antoine Berman, sem falar dos muitos filósofos, psicanalistas e teóricos da literatura contemporâneos que escreveram sobre a tradução que se move entre textos e culturas. Chegamos, como em tantas outras áreas, a um ponto de saturação que obriga comprimir e condensar a multiplicidade de pontos de vista em manuais articulando as discussões e os pontos de vista díspares ou orientando o leitor quanto às vantagens e desvantagens dos diversos enfoques. Eis o objetivo do amplo espectro nos livros de Edwin Gentzler, de Lawrence Venuti ou de Antoine Berman.

A pletera de pontos de vista, sem dúvida, enriqueceu tremendamente o debate teórico, porém não eliminou os imponderáveis da tarefa do tradutor; esse recoloca-se, sempre de novo, ao nível prático. Pois quando a teoria elimina equívocos com respeito ao trabalho tradutório, ela o faz sintetizando os avanços de visão e entendimento que tradutores pioneiros produziram. São os poetas-pensadores (como Hölderlin, Pound ou Haroldo de Campos) que nos fazem sentir os desafios e as (im)possibilidades de dominar todas as dimensões da outra língua e das experiências

alheias. E esses desafios se recolocam, cada nova tradução exige que o tradutor ou recriador assuma os riscos de sua empreitada: optando por um dos horizontes de recepção já estabelecidos ou rompendo os parâmetros estéticos e interpretativos já estabelecidos. Sempre restam inúmeras armadilhas práticas e concretas no caminho de quem se move entre línguas, culturas e imaginários. São estes problemas da experiência concreta que estão no foco deste número de *Philia&Filia*: apresentaremos questões e soluções específicas de tradutores literários que procuram reaver corpo e espírito das obras – ora na forma da sensualidade tangível do texto poético, com todas as suas qualidades sensórias; ora em sala de aula ou em reflexões ensaísticas sobre a interpretação e a elucidação de experiências e textos específicos vindo de outras culturas e outras línguas.

Marcus Vinicius de Freitas apresenta um pequeno número de traduções para o português da poesia de Robert Frost, refletindo *ex post facto* sobre o processo de tradução. “O método é o caminho depois de tê-lo feito”, já dizia Georges Dumézil interrogado sobre suas técnicas de traduzir para o pensamento moderno do século XX as estruturas constantes do imaginário indo-europeu que se manifesta tanto nos mito védicos como nos gregos e celtas. Marcus Vinícius remete a Benjamin, Borges e ao próprio Frost – cujas posturas certamente concordariam com o enfoque concreto e artesanal de Dumézil. “Nesse sentido, escreve Marcus Vinícius, seria tarefa da tradução captar a mesma demanda por conhecimento, a mesma frustração humana e o mesmo irônico desafio a Deus (mantendo, é claro, a mesma estrutura)” – ou seja tentando reconfigurar, na língua de chegada os efeitos e sabores, as evocações e conotações sensórias do original. Mas como se faz de fato, para trazer a linguagem de Frost a um modo específico do português do Brasil? Como dar conta de nomes de flores sempre muito ligados a paisagens específicas e a todo um universo fantasmáticos que remonta à história literária deste país e desta cultura? Como evitar um exotismo frívolo quando tal planta é transportada para a língua estrangeira, pondo em perigo a fluência natural do poema? Levando em consideração esses perigos, o tradutor pode eventualmente optar pela troca de nomes anglo-saxões, substituindo-lhes os termos de flores brasileiras, tais como “boninas”, “sinetas” e “alecrim”, os quais, ao lado da expressão “brejo”, para representar “sand and drouth”, dão ao

poema traduzido um acentuado tom de paisagem brasileira. Poder-se-ia argumentar que, assim fazendo, a tradução afasta-se por demais do original, mas entendo que esse afastamento é o que reconstrói novamente a intenção do original.

A professora Regina Przybycien debruça-se sobre a poeta polonesa Wisława Szymborska, ganhadora do prêmio Nobel e, 1996. Na época, a Academia elogiou sua precisão irônica que dá vida a todos os detalhes históricos e às realidades biológicas e que se iluminam em fragmentos da realidade humana. Na poesia de Szymborska, tudo é aparentemente simples, mas é precisamente essa simplicidade, resultado de um longo processo de densificação poética, que desafia o tradutor. Como reconstituir em português as conotações que surgem naturalmente para o leitor pertencente ao universo cultural polonês? Como despertar na mente do leitor brasileiro as implicações que viriam naturalmente à mente do público polonês? A tradutora procura negociar uma solução entre duas tendências rivais na cena tradutória atual: de um lado, há os que reclamam a perfeita autonomia para o texto traduzido, como se este se tornasse um ser independente com seus próprios direitos, valores e sentidos; de outro, sempre retorna a demanda contrária, que a fidelidade ao original.

Paulo Henriques Britto apresenta um dos casos raros de autoria tradutória bilíngüe. No artigo aqui apresentado, ele analisa a tradução de um de seus próprios poemas, escrito originalmente em inglês, e vertido para o português. Mostrando de que modo foram recriados no outro idioma os principais recursos formais e semânticos do original, e destacando algumas diferenças importantes entre os dois textos.

Gostaria de ressaltar dois pontos apenas, que me parecem ser as principais divergências entre os dois textos no plano do significado. O primeiro tem a ver com a questão do registro: o original inglês é um tanto mais coloquial que a tradução. Expressões como *kind of stuff* (“esse tipo de coisa”, “esse papo”) e *no way* (“que nada”, “nem pensar”), *the wherewithal* (“recursos necessários”, muitas vezes no sentido de “dinheiro”) são marcas de coloquialidade que só são correspondidas por “e olhe lá!” e a marca do diminutivo em “fraquinha” na versão portuguesa. Além disso, o original contém algumas contrações — *you’re*, *there’re*, *it’s*, *moment’s* — que assinalam a oralidade do plano fonológico; nada há na tradução que corresponda

a tais marcas. Assim, o tom geral do poema em português é um pouco mais livresco, menos coloquial, do que o do soneto inglês. Em defesa da tradução, quanto a esse aspecto, seria possível argumentar que há em língua inglesa uma sólida tradição de utilizar em literatura uma dicção mais próxima da fala coloquial, uma tradição que não encontra correspondente em português. Ao menos no Brasil, foi somente a partir do modernismo que se esboçaram as primeiras tentativas mais bem sucedidas de dar um tratamento literário à fala coloquial.

O segundo ponto diz respeito ao final do poema. No original, o eu lírico conclui dizendo a si próprio que não deve se esquecer daquele momento; na tradução, porém, a advertência é no sentido de gozar aquele momento, já que “ele não vai durar”. A ideia não chega a contrariar o sentido do original, mas tampouco se pode dizer que seja uma tradução precisa dele. Não teria sido difícil encontrar uma solução que recriasse o sentido do inglês de modo bem mais literal — por exemplo, com a substituição de “Goze” por “Guarda” no verso final; por que motivo, pois, foi feita essa mudança? Aqui a explicação mais plausível é a de que os versos finais devem ter me ocorrido de modo aparentemente espontâneo e se imposto como uma solução, ainda que, ao menos num segundo momento, tenha ficado claro que eles não constituíam uma tradução fiel do original. Isso implica, é claro, que nesse momento minha intenção original — de produzir uma tradução no sentido estrito do termo — sucumbiu diante do impulso criativo. Para empregar os termos que usei num trabalho anterior (Britto 1999, 245), poderíamos dizer que a tendência centrífuga à autonomização do texto traduzido foi aqui mais forte do que o intuito centrípeta de aproximação ao original. É uma tentação a que o tradutor literário está sempre exposto, principalmente em poesia, talvez mais do que nunca quando o tradutor é ele próprio é o autor do original. Seria, porém, possível argumentar que sucumbir a essa tentação, desde que num grau moderado, pode ter um efeito enriquecedor sobre a tradução.

Os ensaios de Laurence Paul Hemming e de Christian Iber levam a questão da tarefa do tradutor um passo adiante, interrogando a tradutibilidade não só de tal texto, tal frase, tal palavra, mas das concepções axiais que subjazem às manifestações particulares do sentido, as categorias e conceitos antropológicos que definem o

homem em tal ou tal cultura. Hemming nos convida a repensar (ou, pelo menos contemplar com atenção) a visão moderna e contemporânea do ser humano – visão formal e quase aséptica do sujeito “vazio” de determinações concretas – com a visão grega clássica, ainda baseada em virtudes e qualidades cujo valor se revela, embora de modo efêmero, no horizonte de um tempo que tudo destrói. Nossa idéia e a realidade jurídica moderna trabalham com um conceito formal do sujeito; esta formalização assegura, de um lado, a igualdade de homens e mulheres, de etnias e demais categorias sociais, de outro, perde de vista a dimensão do destino dos antigos, tal como aparece, por exemplo, em Píndaro. O grande lírico escreve na sua oitava ode:

Criaturas de um só dia! O que é o homem? O que ele não é? Um sonho de uma sombra

É o homem. Mas sempre que brilha a claridade que Zeus nos concede Há uma luz brilhante sobre os homens, e uma vida amena.

Cara mãe Aegina, na tua viagem de liberdade

Livre e guarde esta cidade, junto com Zeus e o Rei Aiakos,

Com Peleus e o nobre Telamon, e com Aquiles.

Hemming propõe e analisa diferentes possibilidades de entendimento e tradução dos versos gregos, afim lembrar que a boa vida – até mesmo de um ateu – depende do reconhecimento de uma alteridade radical (que antigamente se chamava “Deus” ou “daimon”). As vantagens e as oportunidades de nossa concepção moderna do ser humano, ao contrário, comportam o perigo da indiferenciação e, com isto, da eliminação desta inteligência afetiva que era o temor de deus (que coincidia, para os gregos, com o respeito dos valores humanos); diante desta ameaça, caberia lembrar-se da concepção antropológica de Píndaro que se expressa na ode analisada.

Hemming propõe uma releitura da idéia da antropologia à luz dos problemas da tradução. Pois uma antropologia que descreve a essência do ser e a existência do ser humano, o que cada homem e mulher é em relação a eles mesmos, não pode deixar de refletir sobre a política muito específica que ordena a (des)igualdade

essencial de todos os homens e mulheres perante a lei e dentro do Estado. É cheio de acidentes a tarefa de traduzir a experiência de fenômenos vividos na metalinguagem de teorias e de códigos legais ou sociais. Nos descaminhos dessas múltiplas traduções a política se esforçou, desde a democracia grega a distinguir o que cabe ao entendimento humano e o que escapa e pertence ao “divino” ou sagrado. E mesmo em tempos laicos persiste, cultuada na essência de cada antropologia, uma tentativa de separar o entendimento do ser humano em um lugar *à parte* das determinações e efeitos de qualquer entendimento do divino. Nesse sentido, são particularmente interessantes para nós tradutores e autores (como Píndaro ou Hölderlin, Freud, Heidegger ou Lacan) que se movem com rigor e graça nas areias movediças entre o familiar humano e o radicalmente outro (divino, daimônico ou “inconsciente”). O respeito da alteridade radical é a dimensão “sagrada” do tradutor. Nesse sentido, é bom lembrar o que isto significa para o antropólogo religioso: este deve - caso ele tiver sua religião em particular – nivelá-la a essa dimensão, pois a antropologia é essencialmente ateuísta. Quando Píndaro ou seus maiores intérpretes (como Hölderlin) falam do divino, eles não propõem uma “alternativa” religiosa, nem uma “antropologia melhor” ou “crente”. Traduzir poesia oriunda de outras concepções do sagrado ultrapassa a questão da liberdade religiosa (ou até mesmo da religião); é um exercício de lidar com o outro e com o perigo inerente em cada transição de *meu* para *os outros*.

O artigo de Christian Iber aborda, no campo filosófico, uma questão análoga, ao investigar a emergência da razão présocrática de dentro das próprias coisas na sua presença dinâmica captada na idéia de *physis*. Iber expõe o pensamento de Heráclito - primeiro, com informações gerais, depois debruçando-se sobre a doutrina do rio e o conceito de *logos*. Este, por sua vez, exige a elucidação do conceito de *physis*, que leva à doutrina da unidade das oposições e à elucidação da relação especificamente heraclitiana entre *logos* e *physis*,

Em Heráclito, o *logos* da razão brota do solo de uma *physis* pré-racional, ele explicita a questão da razão milenense pelo “princípio” e a “Lei” (*arkhé*) das coisas. Em outras palavras, o filósofo présocrático concebe a própria razão como princípio, *arkhé*, ou como a instância, a qual sabe explicar a *physis* das coisas como vir-a-ser.

Contudo, Heráclito não pode explicar conceitualmente seus conhecimentos no *logos*, mas apenas plasticamente em exemplos e jogos de palavras. Está, sem dúvida, aludida a possibilidade de um pensar libertado da intuição sensível. No entanto, a realização do conceito não é implementada - pelo menos não no sentido moderno que temos do conceito. Reconhecendo os méritos de Heráclito enquanto fundador da dialética da realidade efetiva, Heidegger homenageou o potencial de rememoração que permite a esta forma de pensamento reconduzir o conceito formalizado (e esclerosado) para a vitalidade de sua origem – uma virtude que compensa, também no entender de Hölderlin, a falta de determinação da forma conceitual.

Cynthia Chase abre outro caminho no labirinto babélico das traduções, interpretações e releituras (ou desleituras) de um dos textos-chave no atual debate sobre tradução poética. É a via que leva de Hölderlin a Heidegger, e de lá a Paul de Man, Derrida e muitos outros. Em fevereiro de 1959, relate Cynthia Chase, na cidade de Brandeis, Paul de Man deu uma palestra intitulada *A Tradição Romântica*. A versão completa deste fala foi recentemente redescoberta que publicada pela primeira vez em outubro de 2012, em *Diacritics*. Nesse texto, Paul de Man retorna às *Observações sobre Antígona (Anmerkungen zur Antigone)*, e Cynthia conecta sua reflexão com os primeiros ensaios reveladores de Paul de Man de 1956 e 1959: em *Processo e Poesia*, ou melhor, para dar seu título original em *Monde Nouveau, Le Devenir, la Poésie, e Hölderlin*.

Uma leitura complexa e amplamente implícita de passagens chave de *Anmerkungen zur Antigone* de Hölderlin é a base para que de Man delineasse a situação histórica e a estrutura ontológica da poesia moderna. Esses primeiros textos de Man dizem respeito a autores muito importantes em sua obra mais tardia – Baudelaire, Mallarmé e, sobretudo, Rousseau. Possibilitam observar também como de Man lê Hölderlin. Além disso, os textos de Hölderlin sobre os quais de Man se concentra nessas primeiras leituras – ou seja, as *Anmerkungen*, a Carta a Böhlendorff, e o poema “Der Rhein” – têm a capacidade de nutrir nosso entendimento contemporâneo da literatura e história europeia.

Kathrin Rosenfield e Lawrence Flores Pereira se debruçam sobre uma das empreitadas pioneiras e fundadoras da idéia hoje tão batida da “tarefa do tradutor”.



Os dois autores do artigo colaboram numa reflexão simultaneamente prática e teórica, elaborando e explicitando os critérios críticos de dentro da poesia hölderliniana.

A tradução conjunta do poema “Dichtermut” (Coragem de poeta) fornece a base e o guia para um melhor entendimento da reflexão hölderliniana sobre a relação entre pensamento filosófico e pensamento poético. É sabido que Hölderlin modifica o pensamento que ele praticava com seus amigos Schelling e Hegel, substituindo aos tradicionais tratados de Estética ou de Filosofia da Arte sua “poetologia”. Essa introdução de um modo peculiar de pensar *dentro* da arte e de reivindicar um estatuto específica para a “lógica poética” inicia quando Hölderlin formula sua crítica do Eu absoluto de Fichte. É essa reflexão que desemboca no deslocamento do seu interesse para a poetologia elaborada a partir da tradução, em particular, da tradução de Píndaro e de Sófocles. Pela primeira vez, um poeta-pensador postula uma lógica própria do estado poético que adivinha, nas metáforas, uma dimensão aquém e além da linguagem discursiva. Somente a expressão poética dá acesso a outras formas de ser e saber, não mais centradas sobre a consciência e o conhecimento do sujeito. Perseguindo esta exploração poetológica, Hölderlin volta-se para Sófocles, esboça as primeiras reflexões sobre a alteridade deste sujeito (poético) descentrado. Mais “alma” que consciência (mestra de si), ele se move num espaço-tempo que escapam em grande parte à vontade do sujeito consciente de si e do mundo. Estas reflexões preparam a ideia nietzscheana da tensão entre o dionisíaco e o apolíneo; elas inspiraram Heidegger (entre outros autores como Lacan e Derrida) e esboçaram os traços centrais de algumas abordagens contemporâneas sobre as relações entre idéias da razão e representação literária, e sobre a autoria e a autoridade da ficção (B. Williams, J. M. Coetzee).

Recebido em 20 de dezembro de 2013

Aprovado em 05 de janeiro de 2014